

# Adufrj

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

## SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN - Ano XII nº 832 - 3 de fevereiro de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

### PAINEL ADUFRJ

Sai Mercadante, mas MEC continua na mesma

Página 7



# Andes-SN discutirá o Brasil



Fotos: Sam e I Tosta - 28/01/2014

## 2014 começa com manifestações



As manifestações que marcaram 2013 começam a recrudescer no Rio, São Paulo e outras cidades do país. A tendência é que o movimento se amplie com a aproximação da Copa do Mundo e das eleições gerais de outubro. A violência policial contra os protestos já fez vítima em São Paulo. No Rio, manifestantes inovaram ao promoverem a "liberação" de catracas na estação da Central do Brasil.

Página 8

A integração do movimento docente com as lutas sociais no país é o tema central do 33º Congresso do Andes-SN que se realizará entre os dias 10 e 15 de fevereiro em São Luís (MA). Documento da Adufrj-SSind aponta o Rio de Janeiro como espaço privilegiado para as lutas contemporâneas.

Página 3

Funcionalismo programa ato para este dia 5

Página 6

Médico da UFRJ defende liberação da maconha

Página 5

Artigo de Leher aponta ataque à Educação pública

Página 4

## SEGUNDA PÁGINA

# Projeto do FCC estimula diálogo com movimentos

Universidade da Cidadania, vinculada ao Fórum de Ciência e Cultura, realizou encontro, em janeiro, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ

A Universidade da Cidadania (UC) – projeto do Fórum de Ciência e Cultura – promoveu reunião, em janeiro, com representantes de organizações não governamentais e do movimento social. O objetivo foi expor a natureza da iniciativa que pretende abrir as portas da universidade para a sociedade.

O encontro foi no prédio do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, na Av. Rui Barbosa. No amplo salão com a varanda debruçada sobre a paisagem do Aterro do Flamengo, a professora Maria Malta, diretora da UC, conduziu a reunião que foi aberta com um ritual de apresentação bastante original dos participantes. De mãos dadas, eles formaram um círculo e, na medida em que cada um ia se identificando, a roda se movimentava.

Reunião instalada, Maria Malta e Carlos Vainer (coordenador do Fórum de



**Maria Malta** apresenta a proposta de organograma da UC na reunião de janeiro

Ciência e Cultura) detalharam pontos do projeto. A Universidade da Cidadania tem como fim a criação de um espaço coletivo na UFRJ, de formação com base em edu-

cação popular e tradicional e nas demandas dos movimentos sociais e dos servidores públicos. Além da estrutura de um conjunto de cursos, atividades acadêmicas e po-

líticas e algumas assessorias com foco em formação e educação, a UC pretende instituir uma infraestrutura para a recepção de atividades no campus do Fundão.

Marco Fernandes - 16/01/2014

## AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da AdufRJ** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do campus Macaé. A versão online pode ser lida no site [www.adufRJ.org.br](http://www.adufRJ.org.br). Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para [secretaria@adufRJ.org.br](mailto:secretaria@adufRJ.org.br).

## Adesão ao plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a AdufRJ-SSind estão abertas, até 15 de fevereiro, com carência.

## Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

## Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail [convênio.unimed@adufRJ.org.br](mailto:convênio.unimed@adufRJ.org.br).

## Comissão da Verdade do Andes-SN prepara seminário nacional

Construir, articuladamente com outras entidades da educação, sindicatos e movimentos sociais, um movimento pela revisão da Lei da Anistia, pela responsabilização dos autores da tortura e outros crimes de lesa-humanidade nos anos da ditadura empresarial-militar. Esse é o encaminhamento inicial à diretoria do Andes-SN anotado pela Comissão da Verdade do Sindicato Nacional, em sua primeira reunião de 2014 (a quarta, em cinco meses de funcionamento), ocorrida no fim de janeiro.

No encontro, em conjun-

to com o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD), a Comissão da Verdade também anuncia a intenção de promover um seminário nacional sobre o tema ainda este ano. Ele seria precedido por cinco seminários em cada região do país.

No relatório da reunião distribuído às seções sindicais no último dia 31, também é destacado que o Andes-SN e suas seções sindicais participem ativamente dos atos de repúdio ao golpe de 1964. Exige-se, ainda, a abertura imediata dos arquivos da ditadura, fundamental

para garantir o direito à informação.

## Próxima reunião

A próxima reunião da Comissão da Verdade do Andes-SN com o GTHMD será em 14 de março, caso seja marcada uma atividade com as demais entidades interessadas no tema.

## Seção especial no site do Andes-SN

Deverá ser criada uma seção da Comissão da Verdade no portal eletrônico do Sindicato.

## Concurso docente: prazo até o dia 17

Até 17 de fevereiro, estão abertas as inscrições para 263 vagas docentes na UFRJ. Os interessados devem entrar no site <http://concursos.pr4.ufj.br>, vinculado à Pró-reitoria de Pessoal da instituição. A taxa varia de R\$ 50 a R\$ 200, de acordo com o cargo pretendido. No mesmo endereço, é possível consultar o edital.

As oportunidades são para professor auxiliar, assistente A e adjunto A, com vencimentos que vão variar entre

R\$ 1.914,58 e R\$ 8.049,77. Há vagas para os regimes de 20 horas, 40 horas ou de 40 horas em dedicação exclusiva.

Será permitido concorrer a mais de um cargo, desde que as provas não aconteçam no mesmo horário. A seleção terá etapas de provas escrita, didática e prática (dependendo da localização da vaga), além da apreciação de títulos e trabalhos referidos no currículo, e uma arguição oral.

## SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da AdufRJ-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUF RJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemus Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaidou Rola; André Orioli Panreiras Escola de Belas Artes Patricia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbinha Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Mary Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico Douglas Pereira Diagramação Gilson Castro Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: [adufRJ@adufRJ.org.br](mailto:adufRJ@adufRJ.org.br) e [secretaria@adufRJ.org.br](mailto:secretaria@adufRJ.org.br) Redação: [comunica@adufRJ.org.br](mailto:comunica@adufRJ.org.br) Diretoria: [diretoria@adufRJ.org.br](mailto:diretoria@adufRJ.org.br) Conselho de Representantes: [conselho@adufRJ.org.br](mailto:conselho@adufRJ.org.br) Página eletrônica: <http://www.adufRJ.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

## 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

# De olho nas lutas até 2016

Assembleia Geral da Adufrj-SSind define contribuição para a análise de conjuntura que será discutida no fórum deliberativo máximo do Sindicato Nacional, de 10 a 15 de fevereiro, em São Luís (MA)

Luta social será tema do Congresso no Maranhão

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O movimento docente da UFRJ aponta a cidade do Rio de Janeiro como um dos exemplos de lugares "privilegiados da expressão das lutas contemporâneas do Brasil". Dentre outras razões, por sediar dois megaeventos (Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016). "Esta condição única tem imposto à cidade um ritmo acelerado de transformações arbitrárias em seu tecido urbano, gerando um número gigantesco de remoções forçadas, aumento sem igual do preço do solo, alterações do ritmo de funcionamento urbano cotidiano, privatizações de espaços públicos em escala crescente e, somado a isso, aumento do aparato repressivo e de controle de forma espetacular", diz trecho de um documento aprovado na última Assembleia Geral da Adufrj-SSind, realizada dia 27, na Escola de Serviço Social. A reunião foi convocada para definir uma contribuição da entidade para o 33º Congresso do Andes-SN, que ocorrerá entre 10 e 15 de fevereiro, em São Luís (MA).

Na redação encaminhada ao Andes-SN e que já consta do anexo ao Caderno de Textos (guia dos trabalhos dos representantes sindicais no Congresso), a Adufrj-SSind reforça a



Em junho de 2013, protesto durante a Copa das Confederações. Expectativa é de aumento das manifestações daqui em diante

necessidade da unidade entre os setores que resistem à acelerada e arbitrária expropriação do espaço urbano. "Diante do caráter aberto de manifestações, é tarefa do Andes-SN, e, em escala mais ampla, da CSP-Conlutas, contribuir para a construção de um caráter classista, anticapita-

lista, e antimerchantil às lutas". E continua: "A Central deve cumprir este papel de construção e aprofundamento da consciência de classe nas lutas e (...) sua tarefa central imediata é, portanto, contribuir com a organização da classe trabalhadora, unificando e politizando as lutas."

## Greve à vista?

De acordo com o documento, seria "um erro grave" atribuir aos setores mais organizados da classe trabalhadora a liderança e a hegemonia das lutas que configuraram as Jornadas de Junho de 2013. "Nes-

ta perspectiva, as condições para a deflagração em curto prazo de uma greve geral ainda não estão dadas. Uma das condições para tal objetivo é o adensamento político do que podem ser as Jornadas de Junho de 2014".

## Defender a Educação pública é a grande preocupação

Também como contribuição para o 33º Congresso, a assembleia indicou a rejeição ao Plano Nacional de Educação (PLC 103/12) do governo que tramita no Congresso Nacional - já votado pelo Senado e em vias de ser confirmado pela Câmara dos Deputados.

Neste sentido, foi visto de forma negativa o adiamento da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae), que estava sendo organizada pelo governo para este mês de fevereiro. Há o entendimento de que a suspensão do encontro, ainda que controlado por manobras institucionais do MEC, busca evitar problemas para a aprovação do PNE.

O movimento docente da UFRJ ratificou a importância

da realização de um Encontro Nacional de Educação autônomo. A proposta é que o Andes-SN tenha protagonismo na organização uma plenária nacional entre as entidades que participam da luta pela Educação Pública com a formulação de uma agenda de encontros locais preparatórios.

O reconhecimento da importância do magistério por meio de condições de trabalho e Carreira dignas também deve ocupar lugar de destaque entre as indicações da centralidade da luta para o Sindicato Nacional em 2014.

Como texto de resolução, a Adufrj SSind aponta para o 33º Congresso: "Defesa da Educação Pública

e da desmercantilização da Educação, de condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do Andes-SN na categoria e a atuação da Conlutas na construção da unidade classista e anticapitalista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos internacionais dos trabalhadores".

## Mais observadores

A delegação da Adufrj-SSind ao 33º Congresso do Andes-SN foi completada por mais dois nomes, como observadores: Luis Acosta e Mauro Iasi, ambos integrantes do Conselho de Representantes da Seção Sindical pela Escola de Serviço Social.

## 33º Congresso será eleitoral

O tema central do Congresso no Maranhão será "Andes-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais". E deverá ser um "momento rico de análise da conjuntura que está posta e daquilo que está por vir em 2014", nas palavras do secretário-geral do Sindicato Nacional, Márcio de Oliveira. Ele toma como referência os acontecimentos de 2013, marcado pelas manifestações em todo o país, e os previstos para este ano, durante a copa do mundo e as eleições.

Márcio explica que, pelo fato de o Andes-SN ser uma organização sindical cria-

da por local de trabalho e possuir uma estrutura horizontal, "a participação dos docentes no Congresso é a mais importante que existe para a vida do Sindicato. É no Congresso que surgem as linhas de ações que irão comandar nossas atividades ao longo do ano e o ponto de partida da jornada do ano, neste caso, 2014", acrescenta.

O 33º Congresso ainda terá como ingrediente a inscrição de chapas para disputar a direção do Sindicato no biênio 2014-2016. De acordo com edital divulgado ano passado, as eleições deverão ocorrer em maio deste ano. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind).

## OPINIÃO

# PNE: ensino privado é fortalecido

O professor Roberto Leher (Titular da Faculdade de Educação) publicou no site do Correio da Cidadania, no último dia 21, um artigo que analisa o avanço da política privatista para o setor educacional. Trata-se de uma avaliação do novo Plano Nacional de Educação (PLC 103/12), aprovado no Senado ao final de 2013 (e que aguarda tramitação na Câmara). A tática dos empresários que pretendem abocanhar a maior fatia dos recursos orçamentários da área foi uma mudança no texto da lei, substituindo o conceito de “público/a” por “gratuito/a”.

Veja a seguir alguns dos principais trechos do artigo. A íntegra da análise pode ser lida na página eletrônica e nos perfis da Adufrj-SSind nas redes sociais:



Marco Ferraz - 08/08/2013

“Com apoio ativo do governo Dilma Rousseff, em especial de seu ministro da Educação Aloísio Mercadante (nota da redação: agora ministro da Casa Civil), e das lideranças partidárias da base do governo, foi aprovado no Senado o Plano Nacional de Educação (PLC 103/12). A data de aprovação, terça-feira, 17 de dezembro de 2013, será lembrada como o dia em que o financiamento da educação pública brasileira teve a sua qualificação ‘público’ apagada em prol das parcerias público-privadas.”

“É possível sustentar que o PNE do governo Dilma expressa uma mudança estrutural na educação brasileira, consolidando um objetivo que não pode mais ser confundido com

o dos proprietários tradicionais das escolas privadas ou o da Igreja católica, sujeitos importantes nos embates da LDB de 1961.”

(...)

“O governo Lula da Silva ousou uma ruptura com o padrão de apoio do Estado ao setor privado vigente no período Cardoso: pela primeira vez, e contrariando o Artigo 213 da Constituição, possibilitou com o Programa Universidade para Todos (Prouni) o repasse de recursos públicos também para as instituições com fins lucrativos, já superiores a 80% do total de instituições privadas.”

(...)

“O projeto original (PNE) enviado pelo governo Federal

(PL 8.035/2010) previa, ao fim de 10 anos, 7% do PIB para educação, sem explicitar que os recursos deveriam ser destinados à educação pública. Com tal formulação, o Projeto de Lei postergaria a efetivação dos 7% do PIB, podendo manter os gastos ao longo do decênio do novo plano nos mesmos patamares atuais (entre 4,5 e 5% do PIB).”

(...)

“Todas as principais medidas educacionais dos governos Lula da Silva e Dilma funcionam com parcerias: PROUNI, FIES, PRONATEC, Ciência Sem Fronteiras, Lei de Inovação Tecnológica, Creches etc. Com tal redação, um novo capítulo

da educação brasileira será escrito e nele a concepção de público estará corroída pelas parcerias público-privadas.”

(...)

“As repercussões da aprovação do texto do PNE defendido pelo governo Dilma ultrapassarão as fronteiras nacionais. Na prática, o Brasil será um dos primeiros países do mundo a aderir ao preceito reivindicado por um seleto grupo de países (5) no âmbito do Acordo Mundial de Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio de que não cabe mais a distinção entre o público e o privado. Com o apagamento da diferença entre o público e o privado, as corporações

poderão ter livre acesso aos recursos públicos, pois operam um negócio que pode ser inserido no rol dos ‘bens públicos’.”

(...)

“Como assinalado ao longo do texto, a questão educacional mudou de escala. A defesa da educação pública não pode mais ser realizada apenas por professores, estudantes e técnicos e administrativos organizados em seus sindicatos ou nas entidades acadêmicas. A avaliação de Florestan Fernandes sobre as lutas educacionais realizada nos anos 1980 é mais atual do que nunca: é preciso um novo ponto de partida para as lutas em prol da educação pública.”

## UFRJ

## Mais de 9 mil novos alunos

A UFRJ receberá 9.311 novos alunos neste ano de 2014, 5.313 no primeiro semestre e 3.998 no segundo. Do total de vagas oferecidas, 51,8% são destinadas às cotas, o equivalente a 4.687. Metade destas é destinada aos estudantes que apresentam renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que cursaram exclusivamente o ensino médio em escola pública. A outra metade é reservada aos alunos que

também frequentaram o ensino médio em escola pública, mas possuem renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo. Dentro destes dois grupos, há reservas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

O curso de Medicina, por exemplo, admitirá 126 estudantes, 96 no *campus* da Cidade Universitária e 30 no *campus* de Macaé. Para a capital, são destinadas 48 vagas

para as ações afirmativas (sendo 24 para aqueles cuja renda familiar per capita não supera 1,5 salário mínimo) e mais 48 para a chamada ampla concorrência, dentro do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

A UFRJ não dispõe dos dados socioeconômicos dos novos estudantes, pois eles ainda realizam, até 4 de fevereiro, o processo de pré-matrícula eletrônica na universidade.

## “1964: 50 anos depois”

O Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS) oferecerá a disciplina “1964: 50 anos depois”, a partir de 19 de fevereiro. O curso, para marcar o cinquentenário do golpe que mergulhou o país na noite da ditadura, terá duração de seis meses, sempre às quartas-feiras, de 14h às 17h, e será aberto com a palestra “1964: militares e civis contra a democracia”, ministrada pelo historiador José Murilo de Carvalho.

Há de 10 a 15 vagas para ouvintes. Entretanto, como o curso vale créditos, a prioridade é para alunos do PPGHIS e mestrandos e doutorandos de outros Programas de Pós-Graduação. Mais informações na página eletrônica do programa.

# ENTREVISTA/ Legalização das drogas

JOÃO MENEZES/professor do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ

## “Proibição é irracional”

De 16 a 19 de janeiro, o Salão Pedro Calmon, no campus da Praia Vermelha da UFRJ, recebeu o I Encontro Estadual Antiproibicionista. O encontro, alimentado com aulas de especialistas de diversas áreas, serviu para fortalecer as bases do movimento pela legalização das drogas. Um dos palestrantes foi João Menezes, médico e professor da UFRJ, entrevistado pela reportagem do *Jornal da Adufrj*. Pesquisador do Programa de Anatomia do Programa de Diferenciação Celular do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB/CCS), ele expôs sobre o tema “Drogas e Saúde Pública”.

Há cerca de dez anos, Menezes busca trazer aspectos da biologia das drogas ilícitas para o debate político sobre a proibição do uso da maconha. “Um senso de responsabilidade com a sociedade” levou-o para esse estudo, argumenta o professor, que fez pós-doutorado no Massachusetts General Hospital/Harvard Medical School (EUA).

Segundo ele, ao vasculhar a literatura científica e histórica sobre o tema, o problema da interdição mostrou-se evidente. “Eu não poderia ficar calado frente a este descabro. Milhares de jovens no mundo são condenados injustamente a um comércio vil patrocinado por esta proibição irracional. E milhares de pacientes que poderiam se beneficiar do uso da maconha são presos ou impedidos de usar a planta”.



Elisa Monteiro - 23/01/2014

Em termos científicos, qual a relação entre o uso de psicotrópicos e o desenvolvimento de doenças mentais e da loucura?

Não existem evidências que vinculem diretamente o uso de psicotrópicos por adultos com o desenvolvimento de doenças mentais. O quadro muda de figura quando falamos de crianças e adolescentes, período em que o uso regular de drogas como álcool, tabaco e outros psicoativos pode aumentar os riscos de doenças mentais. Mesmo assim, não existe evidência conclusiva de que apenas o uso de psicotrópicos seja suficiente para deflagrar um quadro de doença mental.

O que é saúde mental? O vício pode ser considerado doença?

A saúde mental é definida por um tripé de fatores de igual contribuição que podem ser agrupados entre os ambientais (família, classe social, condições de vida, guerras etc), individuais (genética,

história de vida) e os da natureza das substâncias utilizadas (drogas, alimentos etc). Mas é preciso ressaltar que doenças mentais e a loucura são termos vagos com várias conotações diferentes. A dependência de drogas, por exemplo, pode ser considerada uma doença mental. Mas não existe garantia de que o dependente de alguma droga específica não teria outra manifestação de distúrbio mental caso não utilizasse a droga específica.

A tolice da política de abstinência repousa nesta suposição não verificada. E, por causa disto, é exigido um sacrifício moral do afetado como se fosse apenas uma questão de força de vontade e um desvio de caráter. Temos excelentes estudos sobre o assunto, mas a natureza da consciência e o funcionamento do cérebro humano ainda estão longe de serem coisas completamente compreendidas. Esse conhecimento parcial não justifica a condenação do uso de drogas.

Então, o vício não pode ser considerado uma questão meramente fisiológica?

Não existe essa separação nitida entre a fisiologia do organismo e as atividades sociais. São coisas interdependentes. O tripé explicado antes é fundamental. A substância é, no máximo, um terço da explicação.

O termo vício é uma tradução leiga para ‘addiction’ ou ‘vice’ em inglês. Mas é carregado de conotações negativas. Dependência de drogas é o termo mais usado atualmente, mas também não descreve o fenômeno corretamente. Em minha opinião, a dependência de drogas só é uma entidade nosológica (nosologia é a ciência que classifica as doenças) quando é acompanhada de sofrimento.

Pode explicar melhor o ponto?

Por exemplo, a maior parte dos brasileiros é viciada em café, um dos poucos sinais da

dependência é a síndrome de abstinência devido à retirada eventual do produto. Mas devido à facilidade de obtenção e uso, à aceitação cultural e aos efeitos adversos bem conhecidos e tolerados, raramente a dependência de café é tratada como dependência de droga, apesar de ser exatamente isto. Segue que a maior parte do sofrimento advindo do uso das drogas ilícitas é devido ao seu caráter ilegal e não da natureza da substância. Seria muito mais fácil tratar as dependências de drogas sob um regime de legalização e regulamentação. A diminuição do uso do cigarro pela população brasileira sem que fosse necessário disparar um tiro está aí para comprovar.

Quais são as consequências da política proibicionista em relação às drogas?

A proibição radical de certas drogas é baseada em racismo e reflete uma guerra cultural, não uma política de saúde. É uma inconsequência baseada no medo e não na razão. É importante lembrar que a proibição de drogas é seletiva e irracional. Drogas perigosas como álcool, tabaco e açúcar refinado são regulamentadas e drogas muito menos perigosas como maconha, ecstasy e alucinógenos são radicalmente proibidas e reprimidas irracionalmente.

As consequências da proibição arbitrária de certas drogas são muito piores do que as consequências advindas do seu uso. A interdição não protege ninguém e afeta toda a população. A diminuição da oferta de certas drogas tem um custo altíssimo e com pouca comprovação de resultados desejáveis. Finalmente, a proibição impede o uso de certas drogas com potencial médico importante como as três citadas anteriormente: maconha, ecstasy e os psicoativos como o LSD, a psilocibina, a ayahuasca e outras.

Como ficam os estudos relacionados às drogas em um contexto de não legalização?

A pesquisa científica é muito afetada não apenas pelas dificuldades de obtenção de insumos, mas também pela dificuldade de separar os efeitos advindos da droga daqueles advindos de sua proibição.

Elisa Monteiro  
elisamonteiro@adufrj.org.br

Na próxima edição, mais sobre o I Encontro Estadual Antiproibicionista

## CAMPANHA SALARIAL 2014

# Servidores preparam ato nacional para este dia 5

Em janeiro, pauta de reivindicações do funcionalismo foi protocolada no Ministério do Planejamento

**JOGANDO JUNTOS A GENTE CONQUISTA**

• Definição de data-base (1º de maio) • Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações • Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados • Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores • Retirada dos PLs, MPs, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos • Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas

**ANDES**  
SINDICATO NACIONAL  
EXP. 100000000

SEM ESTE DIA O BRASIL NÃO ENTRA EM CAMPO

Valorização JM

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

## Audiência com a ministra Miriam Belchior foi solicitada

A pauta composta pelos eixos da Campanha Salarial Unificada de 2014 dos Servidores Públicos Federais (SPF) foi protocolada no Ministério do Planejamento no último dia 24 pelas entidades que compõem o Fórum dos SPF. No documento, há uma solicitação de audiência com a ministra Miriam Belchior para este dia 5, data do ato público, em Brasília (DF), que marcará o lançamento nacional da iniciativa. O mote da mobilização é “Jogando juntos a gente conquista”.

Os servidores públicos federais iniciaram a Campanha Salarial nos estados dia 22 de janeiro. Foi uma forma de preparar o funcionalismo para os desafios que serão enfrentados neste ano. “Estamos começando a mobilização bem cedo e em meio às férias porque sabemos que o governo e a burguesia não dão trégua nos ataques à classe trabalhadora”, explica o dirigente da CSP-Conlutas Paulo Barela.

## Algumas entidades já discutem possível greve

Outra importante atividade será a Reunião Ampliada do Fórum Nacional dos SPF, dia 7, para discutir a ampliação da mobilização e o indicativo de greve já sinalizado por algumas entidades.

A Campanha busca reeditar a organização da greve realizada pelos servidores em 2012. Neste sentido, o dirigente da CSP-Conlutas convocou a categoria a repetir o feito e ampliar a luta. “Vamos, na esteira das jornadas de junho de 2013, lutar pelas reivindicações de nossa pauta unificada, mas tam-

bém por mais verbas para saúde, educação, transporte e moradia. Enquanto o governo de Dilma Rousseff (PT) abre as torneiras para a construção de estádios padrão Fifa, o povo trabalhador morre nas filas dos hospitais e nossas crianças têm de estudar em escolas precarizadas, sem a menor condição de funcionamento. Por isso, estamos exigindo serviços públicos e salários de acordo com o “padrão Fifa” de estádios, ou seja, de qualidade e que atenda às necessidades de nosso povo”, enfatizou. (Fontes: Andes-SN e CSP-Conlutas. Edição: Adufrj-SSind)

### Confira os eixos da Campanha Salarial Unificada:

- Definição de data-base (1º de maio);
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada por PLs, MPs, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos;
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Reajuste dos benefícios;
- Antecipação para 2014 da parcela de reajustes de 2015.

## ■ CRISE NAS PARTICULARES

# UGF e UniverCidade são a ponta do *iceberg*

**Necessidades educacionais do povo jamais serão atendidas pelo mercado**

Mais de dois mil docentes e técnicos desempregados e cerca de 13 mil estudantes sem universidade para concluir seus cursos superiores. Esse é um dos prejuízos que a organização dos professores da Universidade Gama Filho (UGF) e do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), do Rio de Janeiro, contabiliza com o descredenciamento anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) no último dia 13.

Mobilizados desde 2012, os três segmentos universitários tentam, há dois anos, negociar

com o ministério uma solução para a falência. Após o descredenciamento, o (por enquanto) ministro da Educação, Aloizio Mercadante, recusou a proposta dos reitores das universidades federais do Rio de Janeiro de federalizar as duas instituições. O MEC entende que a federalização é o mesmo que integrar no sistema federal público de educação estudantes sem vestibular e docentes e funcionários sem concurso público.

### Tema precisa ser aprofundado

O Andes-SN tem denunciado há muito tempo o descalabro no qual tem sido transformado o ensino superior brasileiro, um dos países da América Latina com o menor percentual de jovens diplomados no ensino superior, com uma das menores inversões de recursos públicos

em educação perante o Produto Interno Bruto (PIB), com uma das maiores taxas de privatização do ensino superior e, ainda assim, com transferências de recursos públicos para as empresas que exploram a educação como mercadoria. “A crise dessas duas universidades é mais uma prova de que a questão precisa ser enfrentada estruturalmente”, analisa o 1º vice-presidente do Sindicato Nacional, Luiz Henrique Schuch.

Para o dirigente, a responsabilidade daqueles que defendem a Educação pública é pautar esse debate em profundidade. “Além disso, é preciso denunciar o fato de as mantenedoras e as direções das universidades privadas utilizarem todos os meios, há mais de 20 anos, para impedir a organização dos docentes no Andes-SN, até mesmo com a demissão sumária de comissões provisó-

Vale | Campanha/Agência Brasil



**No dia 20 de janeiro**, um grupo de 15 alunos da Universidade Gama Filho, que protestava em frente ao Palácio do Planalto, foi retirado do local pela Polícia Legislativa do Senado. Eles queriam a federalização da instituição

rias ou toda a diretoria de seções sindicais que conseguiram se constituir, assunto que já resultou em denúncia por iniciativa do Andes-SN na Organização

Internacional do Trabalho (OIT) e condenação por prática antisindical”, completa o 1º vice-presidente. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind).

# PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

## Capes e Copa

A Capes avisa a comunidade acadêmica que “evite” fazer solicitações ao Programa de Apoio a Eventos para palestras, congressos etc, durante o período da Copa do Mundo.

A recomendação se justifica, segundo a Capes, pelo preço elevado de hotéis e passagens aéreas nas cidades-sede.

## UFRJ muda telefones

Os telefones das unidades da UFRJ no Rio de Janeiro com prefixos 3873, 2598 e 2562 passarão a ter o prefixo 3938, e os telefones de algumas unidades da UFRJ em Macaé passarão a ter o prefixo 2141, em virtude de um inédito processo de licitação dos serviços de telefonia fixa da universidade, cuja vencedora foi a operadora Embratel. A informação é do site da UFRJ.

A alteração ocorrerá em etapas: primeiro para os telefones com prefixo 3873, seguidos dos prefixos 2598 e 2562. Em Macaé, a mudança deverá ocorrer depois de efetuadas as alterações no Rio.

As mudanças devem ocorrer até meados de março, de acordo com o prazo definido no processo de licitação.

Estima-se uma redução de 40% dos atuais R\$ 6,2 milhões gastos ao ano com telefonia na universidade.



**Troca de guarda.** Mercadante vai para a Casa Civil e Paim (à esquerda) assume o MEC

## Já vai tarde

Na edição que circulou no final de janeiro de 2012, há precisamente dois anos, o **Painel Adufrj** comentava a nomeação de Aloizio Mercadante para o Ministério da Educação. A nota definia Mercadante como “uma espécie de curinga” entre os cardeais do PT, disponível para diferentes funções. O mesmo texto acertava na mosca: “O seu papel no Ministério da Educação é

dar continuidade à orientação seguida pelo antecessor Fernando Haddad. Não há expectativa de mudança, portanto, quanto à alienação do MEC em relação a debates cruciais para a educação superior, como o da Carreira Docente – cuja condução foi entregue à órbita gerencialista do Ministério do Planejamento.” Mercadante, como se sabe, deixa o MEC para assumir

a Casa Civil. Como ministro, foi, no mínimo, omissivo na greve dos docentes de 2012 – categoria a qual pertenceu e atuou como dirigente sindical na posição de vice-presidente da então Andes, em 1984. Será substituído por José Henrique Paim, secretário-executivo do MEC desde 2006, quando Haddad assumiu. Isso já diz tudo sobre o que esperar do novo ministro.

## AI-5 no futebol

O projeto de lei nº 728/2011 de autoria dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Ana Amélia (PP-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA) proíbe greves no país durante os jogos da Copa do Mundo.

Wadhih Damous, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, disse que essa lei é inconstitucional e a classificou como uma espécie de “AI-5 do futebol.”

“Esse monstrego, se virar lei, suspende a Constituição e, ao criar o tipo penal, totalmente aberto, de terrorismo, sepulta, de vez, o direito constitucional à manifestação pública”, afirma Damous.

## Datas

### 2014 traz uma série de datas marcantes

60 anos do suicídio de Getúlio Vargas. A atitude extrema do ex-ditador que, no seu segundo mandato conduzia um governo nacionalista, neutralizou, naquele agosto de 1954, o assalto da direita ao poder.

40 da Revolução dos Cravos. Depois de décadas de ditadura salazarista, movimento social com o apoio de setores das forças armadas derruba o governo e assume o poder inicialmente orientado por objetivos socialistas.

30 anos do movimento das “Diretas já”. Em 1984, já nos estertores da ditadura militar, a campanha pelo restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República mobilizou o país inteiro.

50 anos do golpe civil-militar que liquidou com as perspectivas de transformações sociais voltada para os interesses populares. A partir de abril de 1964, o Brasil mergulhou na longa noite da ditadura.



**O primeiro ditador.** General Castelo Branco

## VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



## BRASIL

Samuel Tosta - 28/01/2014



# O ensaio

**Os dias escaldantes do verão são a metáfora precisa para o aquecimento da temperatura política neste início de ano. Mas há muitas indagações sobre o que poderá acontecer**

Da Redação

O imenso saguão da Central do Brasil foi tomado por pelo menos 200 pessoas que protestavam contra o aumento das tarifas de ônibus e trens. O grupo promoveu ação inédita até aqui na história das recentes manifestações. Pulou as roletas que dão acesso às plataformas de embarque, o que estimulou centenas de passageiros a fazerem o mesmo, num espaço de tempo que durou cerca de 50 minutos. Na quinta-feira 30 o prefeito anunciou o reajuste das passagens de ônibus (com maquiagem de expansão do passe livre) que, se for mantido, passa a valer no dia 8 de fevereiro.

As manifestações – que marcaram o junho de 2013 – começam a recrudescer no Rio, São Paulo e outras cidades neste

início de 2014, ano de Copa e de eleições (presidenciais, para governadores, Câmara e renovação de um terço do Senado). Nenhum dos problemas reclamados nos levantes do ano passado foi resolvido. Nada mudou e parece não haver dúvidas de que o ano será de intensa atividade nas ruas. Mas há muitas indagações sobre o que poderá acontecer.

Os dias escaldantes do verão são a metáfora precisa para o aquecimento da temperatura política neste início de ano. E os governos fazem a sua parte pondo gasolina no fogo como agentes determinantes num cenário devastador. A violenta repressão policial que recrudesce nas primeiras manifestações do ano (em São Paulo, Fabricio, de 22 anos, levou dois tiros de

PMs durante protesto contra a Copa) fabrica mais indignação. O reajuste das tarifas de ônibus e trens (neste caso, ainda sem data) no Rio de Janeiro expõe o escárnio de prefeito e governador à população. O sistema de transporte humilha milhares no dia a dia das grandes cidades.

## Dinheiro para juros

Na saúde e na educação, as dificuldades se agudizam e empurram milhares ao desespero e à frustração. Os gastos públicos com a Copa do Mundo há muito ganharam a dimensão de escândalo. Os megaeventos se tornaram para muitas famílias sinônimo de remoções e incertezas. Na política econômica, pressionado pelos grandes grupos financeiros e pelo poder dos rentistas, o governo

mostra-se fiel ao mercado, aumenta a taxa de juros e anuncia cortes para garantir o superávit primário (justamente o dinheiro para remunerar títulos do governo).

Essa política fiscal para atender a alta burguesia e seus representantes (bancos, fundos de investimento etc) é aplicada ao custo da redução de investimentos nas áreas essenciais vinculadas ao bem-estar da maioria da população. E nas cidades, outra novidade nefasta: o segregacionismo de jovens pobres da periferia nos shoppings do Rio e de São Paulo expressa o desprezo das elites e o pavor autista de setores da classe média das aglomerações das periferias. O caldeirão político começa a ferver.